

PROCESSO TCE N° 129.060

ENTIDADE: Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## **ACÓRDÃO Nº 11.564/2019**

### **PLENÁRIO**

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO.**

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS do FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**; **2) NOTIFICAR** o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização do **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. **AUSENTE**, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia.

Rio Branco - Acre, 12 de dezembro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 129.060

ENTIDADE: Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

### RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**<sup>1</sup>, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**<sup>2</sup>.
2. Em 02 de maio de 2018, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*<sup>3</sup>, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>4</sup>.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 338) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pelo **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE** (fls. 355/361).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. João Izidro de Melo Neto se manifestou pela regularidade das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fl. 367).

<sup>1</sup> Instituído pela Lei Estadual n. 1.294, de 08-09-1999;

<sup>2</sup> Secretário de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS até 31-12-2018;

<sup>3</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

<sup>4</sup> Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 129.060 (Acórdão n. 11.564/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

5. É o Relatório.
6. Rio Branco, 12 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

PROCESSO TCE N° 129.060

ENTIDADE: Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Pesquisa e Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

### VOTO

#### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência - 4ª edição), tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo VII);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 03/121) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>5</sup>, tendo sido indicado o responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

<sup>5</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

Processo TCE n. 129.060 (Acórdão n. 11.564/2019/Plenário)

c) quanto aos documentos exigidos nos itens VIII, IX e X, do mencionado Anexo VII da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>6</sup>, foram apresentadas declarações de “nada consta”, nos termos do § 3º do artigo 2º da Resolução – TCE n. 87/2013, em razão da ausência de movimentação do **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE** no exercício, uma vez que não houve movimentação de recursos financeiros, conforme evidenciado no **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, até porque pelo teor da Lei Estadual n. 3.205, de 21-12-2016, foi estimada receita do referido Fundo no valor de apenas R\$ 1,00 (um real), sendo cabível a **notificação** do Governo do Estado, para que este informe as providências que estão sendo adotadas no intuito de que o referido Fundo, instituído em 1999, possua efetividade;

d) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**;

e) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2017, após anulações e suplementações<sup>7</sup>, **quedou prevendo uma dotação final de R\$ 6.001,00 (seis mil e um reais)**;

f) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

f.1) o **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** (fl. 339), o qual foi elaborado em sintonia com o previsto no artigo 102, da Lei n. 4.320/64, demonstra que não houve receita arrecadada, tendo havido despesa no valor de R\$ 1.521,00 (mil quinhentos e vinte e um reais);

f.2) o **BALANÇO FINANCEIRO** (fl. 340), elaborado em consonância com o artigo 103, da Lei n. 4.320/64, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

<sup>6</sup> VIII. Demonstrativo das obras contratadas e suas alterações;

IX. Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

XII. Demonstrativo das diárias

<sup>7</sup> R\$ 1.521,00 e R\$ 7.521,00, respectivamente;

Processo TCE n. 129.060 (Acórdão n. 11.564/2019/Plenário)

recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo do exercício de 2017, no montante de R\$ 50.855,48 (cinquenta mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), foi devidamente confirmado pelos extratos e conciliações bancários, após a análise de “contas financeiras com saldo do dia” (fls. 345/346) e do “Extrato Bancário” (fl. 347), constantes na conciliação bancária da Conta Única n. 110.900-6 - da Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, relativa ao exercício 2017;

**f.3)** quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** (fl. 341), elaborado em consonância com o artigo 105, da Lei n. 4.320/64, evidenciou o patrimônio do órgão, tendo sido apresentado o Inventário atualizado, confirmando o valor escriturado na conta “bens móveis”, no montante de R\$ 132.684,96 (cento e trinta e dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos);

**f.4)** prosseguindo, a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** (fl. 342), cuja previsão encontra guarida no artigo 104, da Lei n. 4.320/64, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária;

**g)** por fim, foi apresentado parecer emitido pelo controle interno da unidade, em obediência ao previsto no item XIII do Anexo VII da Resolução - TCE n. 87/2013.

**3.** Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>8</sup>, pela:

**3.1 APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS do FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**;

**3.2 NOTIFICAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização do **FUNDO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO ACRE**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos;

<sup>8</sup> Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;  
Processo TCE n. 129.060 (Acórdão n. 11.564/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

### **3.3 REMESSA dos autos ao ARQUIVO, após as formalidades de estilo**

**4** É como Voto.

**5** Rio Branco, 12 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora